



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos, raça/etnia, sexualidades

Sub-eixo: Sexualidades, identidades de gênero e direitos

SERVIÇO SOCIAL, DISSIDÊNCIAS SEXUAIS E DE GÊNERO: uma análise a partir dos anais do CBAS 2019 e ENPESS 2018

GUILHERME MORAES DA COSTA ¹

RESUMO

Este estudo tem por objetivo realizar um panorama da produção acadêmica na área de serviço social sobre a temática das dissidências sexuais e de gênero com base nos artigos que foram apresentados no CBAS (2019) e no ENPESS (2018). Para isso, realizamos um levantamento no CBAS no eixo “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidade”, que resultou em 27 artigos e no ENPESS no eixo “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidade” no qual foram encontramos 21 artigos. Assim, realizamos um comparativo entre os dois eventos e buscamos trazer as tendências deste debate no interior da profissão.

Palavras-chave: Serviço Social; LGBTI+; Pesquisa; Produção de Conhecimento;

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo brindar un panorama de la producción académica en el área del trabajo social en el tema de la disidencia sexual y de género a partir de los artículos que fueron presentados en CBAS (2019) y

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Do Estado Do Rio De Janeiro

ENPESS (2018). Para ello, realizamos una encuesta en el CBAS sobre el eje “Servicio Social, Relaciones de Explotación/Opresión de Género, Raza/Etnia, Generación y Sexualidad”, que resultó en 27 artículos y en la ENPESS sobre el eje “Servicio Social, Relaciones de Explotación/Opresión de Género, Raza/Etnia, Generación y Sexualidad” en el que encontramos 21 artículos. Por lo tanto, hicimos una comparación entre los dos eventos y buscamos traer las tendencias de este debate dentro de la profesión.

Palabras llave: Trabajo Social; LGBTI+; Búsqueda; Producción de conocimiento;

I. INTRODUÇÃO

A proposta deste texto é refletir sobre as questões relacionadas às discussões e as tendências sobre a produção de conhecimento na área de Serviço Social no que diz respeito à especificidade das dissidências sexuais e de gênero. Tendo em vista que gênero e sexualidade estão no campo das relações sociais e neste tecido social estas relações são mediadas pelo capital, o que gera refrações na questão social, objeto de trabalho da/o assistente social, ao propormos esta análise temos a intenção de contribuir nesta discussão no âmbito da profissão.

Um primeiro parêntese é necessário quando tratamos das dissidências sexuais e de gênero. Quando pensamos na diversidade e nas variadas possibilidades de vivenciar as experiências afetivas e sexuais, assim como quando nos referimos às formas dissonantes da norma heterossexual, estamos fazendo referência às pessoas que se entendem como integrantes da sigla LGBTI+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros, intersexos e outras expressões das dissidências sexuais e de gênero). Partimos do pressuposto que gênero é histórico, socialmente construído e vivenciado, portanto, este conceito rompe com a lógica reducionista e conservadora de associar sexo apenas à esfera do biológico.

Portanto, as dissidências sexuais e de gênero, na perspectiva do pensamento social crítico, não são fenômenos biológicos nem mesmo problemas mentais, mas construções socioculturais e históricas que se expressam de forma diversa e têm características distintas. Assim, são

constitutivos os marcadores sociais de diferença, de opressão, de exploração e de desigualdade que operam de forma interseccional com outros marcadores históricos, como classe social, raça, etnia e território, na produção de sistemas de hierarquia, opressão e dominação. Não se tratando, desta forma, de mera justaposição de diferenças, mas constitutivo das relações sociais capitalistas e suas múltiplas determinações (EURICO *et al*, 2022, p. 302).

É preciso ter em mente que orientação sexual se define por meio do desejo e da afetividade. Da mesma forma, a identidade de gênero expressa como a pessoa se enxerga e quer ser reconhecida socialmente e isto pode ou não estar associada ao gênero atribuído no natalício. Estes corpos dissidentes vivenciam suas histórias numa sociedade cujos pilares estão assentados no patriarcado, no sexismo, no racismo e na cis-heteronormatividade.

Este artigo é resultado de uma pesquisa documental, cuja base empírica para a coleta de dados que subsidiaram esta análise foram os Anais do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), realizado em 2019, em Brasília – DF e os Anais do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), ocorrido em 2018 na cidade de Vitória – ES.

O CBAS e o ENPESS são dois dos mais tradicionais e importantes eventos acadêmicos na área de Serviço Social no Brasil. Ambos os encontros são organizados pelas entidades representativas da categoria profissional nas figuras da Associação Nacional de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), entidade de fins acadêmicos cuja prerrogativa é zelar pela formação profissional, e do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), órgãos normatizadores, defensores e fiscalizadores do exercício profissional e da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO), entidade que representa o movimento estudantil. Cada uma destas entidades tem um peso diferente, mas todas são igualmente respeitadas e a cada evento uma delas assume o protagonismo na sua organização, num arranjo similar à que podemos descrever como um colegiado das entidades representativas da categoria. Tais encontros congregam assistentes sociais, estudantes de Serviço Social e em menor grau, profissionais de outras áreas. Outra característica marcante se deve ao fato de

que suas participantes são oriundas de todas as regiões do país.

Ao analisar os Anais dos referidos eventos, refinamos e concentramos o levantamento de dados nos eixos “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidades (ênfases em Raça e Etnia, Gênero, Sexualidades e Geração)” no CBAS e “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia e Sexualidades” no ENPESS. Consideramos então para a análise 27 artigos apresentados no CBAS e 21 artigos apresentados no ENPESS.

A partir disso, coletamos dados referente ao perfil das participantes. A partir do nome constante na autoria dos artigos, as dividimos por gênero (feminino e masculino), vínculo acadêmico (assistente social, estudante de graduação, estudante de pós-graduação, docente e/ou professor com formação em Serviço Social e profissionais de outras áreas). Outra categoria de análise foi a instituição/Unidade de Formação Acadêmica (UFA) a qual as autoras estão vinculadas e de quais regiões do país são oriundas. Dando continuidade, procedemos com a leitura dos artigos e nos atentamos ao texto, o assunto principal e as conclusões.

Dessa forma, este artigo está dividido em quatro momentos. Inicialmente discutiremos o CBAS e ENPESS separadamente e nas conclusões finais o elo entre os discursos apresentados nos dois congressos, suas diferenças e – se houver – semelhanças.

II. CBAS

O CBAS ocorre tradicionalmente num intervalo de três em três anos. Em 2019, na sua 16^o edição realizada em Brasília-DF, cujo tema era “40 anos da “Virada” do Serviço Social”, em referência ao Congresso da Virada, realizado em 1979 na cidade de São Paulo, os artigos a serem submetidos podiam ser de quatro

modalidades: sistematização do trabalho profissional, relato de experiência, resultado de pesquisa e reflexão teórica. De acordo com a temática das pesquisas, os trabalhos científicos deveriam ser destinados aos seguintes eixos:

Tabela I – Eixos temáticos e ênfases dos artigos

Eixo	Ênfases
Trabalho, Questão Social e Serviço Social;	-
Política Social e Seguridade Social;	Seguridade Social; Concepção; Controle Social; Sujeitos políticos; Financiamento;
Educação, Comunicação e Cultura;	-
Políticas Geracionais;	Infância; Adolescência; Juventude; Envelhecimento;
Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional;	Trabalho Profissional; Fundamentos; Formação Profissional;
Movimentos Sociais e Serviço Social	-
Ética, Direitos Humanos e Serviço Social	Ética; Direitos Humanos; Justiça; Violência;
Questão Agrária, Urbana e Questão Ambiental	Questão Agrária; Questão Urbana; Questão Ambiental;
Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidades	Raça e Etnia; Gênero; Sexualidades; Geração;

Fonte: Elaboração própria a partir dos Anais do CBAS 2019

A seguir, o perfil das pesquisadoras em uma breve descrição dos artigos. Há trabalhos que foram elaborados por mais de uma pessoa, por isso, os números relativos ao perfil das participantes não coincide com o número de artigos catalogados. Relativo a gênero, dividimos as pesquisadoras em feminino (38) e masculino (11), e o primeiro indicador é a predominância de autoras ante ao número de autores. Quanto à vinculação acadêmica das pesquisadoras destacam-se a produção docente associada a estudantes de graduação e pós-graduação,

totalizando 55% dos artigos analisados, sendo o maior quantitativo individual as estudantes de pós-graduação (39%). Tivemos também publicações de profissionais de serviço social (18%) e de outras áreas (4%). É também significativo o número de docentes com 22% da produção analisada, seja individualmente ou em coautoria com as alunas. No caso das docentes, em sua maioria estão ligadas a universidades públicas na graduação e/ou pós-graduação em Serviço Social.

Após a leitura dos artigos, optamos por separá-los pelo que consideramos sua temática central, todavia, numa análise que considerou o todo, muitos dos textos articulavam diversos assuntos correlatados, uma vez que as opressões em razão de orientação sexual e/ou identidade de gênero dissonantes da norma heterossexual são complexas e multifatoriais, intrinsicamente ligadas às relações de poder.

Ainda com base neste levantamento percebemos então que a questão da transexualidade e suas variadas nuances foram as que mais nortearam os artigos publicados nos Anais do evento. Por transexualidade compreendemos a vivência de mulheres travestis e homens e mulheres transexuais. Essas pessoas têm a identidade de gênero dissonante do sexo que lhes foi atribuído no nascimento. Ao longo da vida, ao se reconhecerem de acordo com o gênero que se sentem pertencentes, realizam as modificações corporais que melhor se encaixem na sua autoimagem – e isso pode ou não incluir a cirurgia de afirmação de gênero ou redesignação sexual. As autoras escreveram especificamente sobre o Processo Transexualizador no âmbito do Sistema Único de Saúde (PT/SUS), envolvendo o trabalho profissional de assistentes sociais neste escopo, a dificuldade de acesso dessa população a este serviço, a hormonioterapia, o reconhecimento do uso do nome social e a transfobia, que é o nome que se dá ao preconceito e à discriminação impelidos às pessoas travestis e transexuais.

Outro assunto abordado foi a questão da LGBTIfobia, o preconceito contra as pessoas LGBTI+. Alguns dos artigos vieram articulados com políticas públicas específicas, sendo o destaque para a Saúde (PT/SUS), Educação (Assistência e permanência estudantil, LGBTfobia no espaço escolar) e um artigo sobre Direitos Humanos/Assistência Social.

Das demais temáticas que foram discutidas destacam-se a identidade lésbica e a família homoafetiva. Na articulação com o trabalho profissional, ainda tivemos debates atrelados ao Projeto Ético Político Profissional do Serviço Social.

III. ENPESS

Na 16ª edição do ENPESS, ocorrida no ano de 2018 em Vitória-ES, cujo tema era “Em tempos de radicalização do capital, lutas, resistências e Serviço Social” as regras do evento determinavam que os artigos a serem apresentados teriam que ser relativos aos últimos cinco anos anteriores daquela data, assim como podiam ser resultado de Iniciação científica, Trabalho de Conclusão de Curso, Pesquisa em exercício profissional, projeto de extensão, Dissertação, Tese, Pós-doutorado e outras modalidades de pesquisa.

Os eixos das comunicações orais estavam divididos da seguinte forma:

Tabela II – Eixos temáticos e ênfases dos artigos

Eixo
Trabalho, Questão Social e Serviço Social;
Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional;
Política Social e Serviço Social;
Movimentos Sociais e Serviço Social;
Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social;
Ética, Direitos Humanos e Serviço Social
Questão Agrária, Urbana e Questão Ambiental
Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia e Sexualidades

Fonte: elaboração própria a partir dos Anais do ENPESS/2018.

No processo de levantamento de dados, nos concentramos nos textos que foram relacionados ao eixo “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia e Sexualidades”, tendo como enfoque a ênfase em “Sexualidades”. Ao todo foram encontrados o total de 21 artigos de pesquisadoras, assistentes sociais e docentes. Diferentemente do CBAS, na autoria dos textos analisados não foram encontrados profissionais de outras áreas.

Tal como no CBAS, as pesquisadoras representam o maior quantitativo frente aos autores. Quanto ao vínculo acadêmico, repete-se o padrão identificado no CBAS, sendo a maioria das autoras alunas de graduação (21%) e pós-graduação (47%). Destacam-se também as docentes, que totalizam 23% das autorias.

Da distribuição geográfica, o maior contingente de autoras novamente vem do Rio de Janeiro (47%), Ceará (13%) São Paulo (11%), Rio Grande do Norte e Minas Gerais (8% cada). Tiveram produções também do Distrito Federal (5%), Mato Grosso e Piauí (3% cada).

Quanto às temáticas abordadas, a transexualidade novamente foi o destaque, com enfoques no acesso ao mercado de trabalho por pessoas travestis e transexuais, o processo transexualizador no âmbito do SUS. Ainda tiveram artigos relacionados à permanência estudantil, cuidados paliativos, população LGBTI+ em situação de rua, organização e atuação do movimento social e família homoafetiva. Mas a temática que perpassou todos os artigos foi a questão da violência LGBTIfóbica. Quanto às políticas públicas, novamente os artigos faziam maior referência à Saúde, acreditamos que por conta da discussão do PT/SUS. Os textos ainda fizeram referência as políticas de Educação e Assistência Social.

IV.RESULTADOS

Após analisar os textos contidos nos dois eventos, trazemos algumas questões para o debate. Um primeiro ponto diz respeito à localização geográfica das autoras. Definimos este critério com base na instituição e/ou UFA a que disseram estar vinculadas as pesquisadoras.

Neste primeiro recorte, há pesquisadoras que coincidem nos dois eventos e há outras que só enviaram textos para um dos dois, sendo o maior quantitativo presente no CBAS. As produções apresentadas no CBAS se diferenciam do ENPESS em alguns detalhes. No primeiro encontramos pesquisadoras das cinco regiões do país, inclusive com um quantitativo significativo de textos produzidos por assistentes sociais a partir de seus espaços sociocupacionais. No ENPESS, apenas um artigo se encaixou neste descritivo, pois, na quase totalidade dos artigos eram de autoras estudantes (graduação, especialização, residência multiprofissional, mestrado, doutorado) e docentes.

No CBAS, considerando a origem geográfica, as pesquisadoras são procedentes em sua maioria da região Sudeste (55%), seguida da região Nordeste (29%), região Norte (8%), região Centro-Oeste com 4% cada. Já no ENPESS, quando do recorte por região do país, novamente destaca-se o maior número de produções originárias da região Sudeste (68%), seguido pela região Nordeste (24%) e região Centro-Oeste (8%). Não foram encontrados textos de procedência das regiões Norte e Sul. No caso do CBAS, embora encontremos publicações de autoras destas regiões, no caso da região austral do país, nenhuma das publicações era ligada a um dos seis programas de pós-graduação existentes naquela localidade e, considerando a vinculação de suas pesquisadoras, é possível depreender que a pauta das dissidências sexuais e de gênero não encontrou ressonância na época do ENPESS entre as pesquisadoras daquela região.

Em comparação com o CBAS, a mesma lógica também se repete quanto à distribuição nas unidades de formação acadêmica, sendo a maior parte da produção

concentrada na região Sudeste com o protagonismo de unidades de formação fluminenses.

Relativo ao CBAS, quando fazemos o recorte da produção por estados, a maior parte encontra-se no Rio de Janeiro, com destaque para alunas de pós-graduação provenientes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e em menor grau da Universidade Federal Fluminense (UFF), seguida da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e de uma instituição particular, a Faculdade Duque de Caxias.

Ainda na região Sudeste, em seguida, vem o estado de São Paulo, estado com maior número de UFA's, mas que conta apenas com três programas de pós-graduação em Serviço Social², dos quais um – UNESP/Franca – esteve ausente neste debate. Minas Gerais, que possui dois programas de pós-graduação, o de Serviço Social, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e o de Economia Doméstica, da Universidade Federal de Viçosa (UFV)³, aparece em seguida com quatro trabalhos. Não encontramos artigos produzidos por pesquisadoras ligadas a instituições ou UFA's provenientes do Espírito Santo. No ENPESS há a repetição do mesmo movimento.

Na sequência com maior número de artigos temos a região Nordeste com 29% de toda a produção, sendo o destaque para a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Isoladamente há produções de estudantes e/ou profissionais da Bahia, Maranhão e Sergipe. Quanto ao ENPESS, a região Nordeste se apresenta de forma mais plural, ainda com o protagonismo dos potiguares, mas com o acréscimo de produções georreferenciadas no Ceará, Maranhão e Piauí.

2 Os demais são o Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e o Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

3 Na CAPES, a Economia Doméstica está na mesma área de avaliação do Serviço Social. Amaral Junior (2021) relata que este curso está se extinguindo, visto que desde os anos 1990, metade dos cursos de graduação em Economia Doméstica fecharam e/ou mudaram para outras áreas, considerando o baixo número de matrículas e o escasso mercado de trabalho para estas profissionais. No caso da UFV, assim como da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) no Paraná e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), os cursos mudaram sua configuração e passaram a ofertar a graduação em Serviço Social, embora o curso da UFV não tenha alterado o nome e continua como graduação em Economia Doméstica.

Já na região Norte, não encontramos textos no ENPESS. Já no CBAS, o maior quantitativo de trabalhos é de alunas e uma docente ligadas à graduação em Serviço Social e Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Há também um artigo originário da Universidade Federal do Pará (UFPA) e não há produção proveniente dos demais estados. Tanto a região Centro-Oeste quanto a região Sul contribuíram com dois textos cada. Na especificidade da região Sul e diferente das demais regiões, as autoras não estão vinculadas a nenhum dos seis⁴ programas de pós-graduação da área na região. No que se refere ao ENPESS, não encontramos textos ligados a universidades e/ou instituições sediadas no três estados do Sul do país.

Quanto ao grande número de produções em terras fluminenses, acreditamos que este protagonismo se deve porque tanto o Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UERJ, quanto o Programa de Pós-Graduação em Política Social da UFF possuem linhas de pesquisa que teorizam as questões referentes às dissidências sexuais e de gênero, associadas com outras discussões, como a pauta racial (Identidades, Cultura, Políticas Públicas e Serviço Social, no caso da UERJ e Gênero, Raça, Identidade de Gênero e Política Social no caso da UFF). A mesma situação pode ser percebida em relação à UFRN, pois, há uma linha de pesquisa dedicada a esta temática e outras correlatas – “Ética, Gênero, Cultura e Diversidade”.

No que diz respeito aos trabalhos de ambos os eventos, os textos possuem algumas diferenças, mas partilham muitas semelhanças. Os artigos enviados ao ENPESS, embora em menor número, foram maiores em número de páginas que os enviados ao CBAS. Bem como, no processo de leitura alguns detalhes chamam à atenção, como o fato de alguns artigos estarem formatados de forma diferente (espaçamento, recuo) do que previam as regras de cada evento e a ausência de palavras-chave em um artigo.

4 Os seis Programas de Pós-graduação em Serviço Social localizados na região Sul estão assim distribuídos, no estado do Paraná, nas Universidades Estaduais de Londrina (UEL) e UNIOESTE. No estado do Rio Grande do Sul, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e na Universidade Católica de Pelotas (UCPEL). Por fim, no estado de Santa Catarina, há o Programa de Pós-graduação em Serviço Social na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Quanto às referências bibliográficas verificamos nestes artigos que os autores/as utilizaram como base teórica massivamente de outras áreas do conhecimento (especialmente a sociologia) e legislações específicas, sendo várias Resoluções do CFESS e do Conselho Federal de Medicina (CFM), bem como Portarias do Ministério da Saúde, estas últimas que regulamentam o processo transexualizador. Embora isso não tenha se refletido nas referências, na metodologia muitas autoras escreveram que se basearam no materialismo histórico-dialético e isso se fez perceptível em alguns trabalhos que tentaram articular a realidade do segmento LGBTI+ a categorias associadas à esta teoria, como divisão social e sexual do trabalho, trabalho a partir de uma perspectiva ontológica e questão social.

Por outro lado, observamos nas referências relativas ao Serviço Social o protagonismo de autores como Elaine Behring, Potyara Pereira, José Paulo Netto, Marilda Vilela Imamamoto, Maria Inês de Souza Bravo, visto que as temáticas secundárias dos artigos dialogavam com as pesquisas e áreas de estudo destas autoras. No entanto, ressaltamos também uma nova geração de pesquisadoras/es e autoras/es do serviço social que tem pautado a discussão frente às dissidências de gênero e sexualidade em suas pesquisas, orientações e produções acadêmicas e que escreveram parte dos artigos e/ou constam nas referências bibliográficas.

Das demais áreas do conhecimento, foram mais citadas/os as/os autores/as do campo de estudos de gênero, do feminismo e das sexualidades, como Simone de Beauvoir, Berenice Bento, Jaqueline Gomes de Jesus, Guacira Lopes Louro, Regina Facchini, Maria Berenice Dias, Judith Butler, Daniel Borrillo, Jules Falquet, Heleieth Saffioti João Silvério Trevisan.

Ainda quanto à metodologia, a maior parte das pesquisas seguiu uma abordagem qualitativa, levantamento bibliográfico, assim como se utilizaram de pesquisa documental e de legislações, especialmente quando os textos tratavam de alguma especificidade do PT/SUS.

Quanto ao teor dos artigos, tratam sobre as especificidades correspondente a

cada letra dentro do segmento LGBTI+, como houve discussões sobre a masculinidade de homens transexuais e as violências sofridas por mulheres lésbicas. A particularidade da bissexualidade e da bifobia foram mencionadas em algumas produções, no entanto, sem o devido aprofundamento. Não foram pautadas também outras expressões das sexualidades dissidentes, como a assexualidade, pansexualidade e a realidade das pessoas intersexo.

Conforme relatado, a transexualidade foi a temática que mais despertou a atenção das pesquisadoras e isso se refletiu no maior número de artigos nos dois eventos. Diferentes artigos trataram do PT/SUS, conceituando-o, fazendo um resgate histórico de seu surgimento até sua implementação, de sua incipiente rede de atendimento, exemplificando as dificuldades ao acesso da população travesti e transexual a este serviço, tratando da especificidade do trabalho profissional de assistentes sociais e das possibilidades advindas deste processo.

A transfobia também esteve presente nestas discussões, seja como um aporte secundário, seja como tema central de algumas produções. Uma preocupação explorada por quatro autoras no ENPESS foi ao acesso – ou a ausência dele – ao mercado formal de trabalho da população de mulheres travestis, homens e mulheres transexuais. Neste escopo, tiveram também discussões sobre o uso, o acesso e o respeito ao nome social destas pessoas.

Enquanto um texto procurou conceituar e aproximar a transfobia da questão social, outro texto questionou a utilização da expressão LGBTfobia para se referir à todas as opressões vivenciadas pelo segmento LGBTI+, explanando que dentro do segmento cada um sofre uma opressão diferente de acordo com os marcadores sociais que seu corpo carrega.

A LGBTifobia também foi um tema transversal a muitos dos textos. Várias autoras articularam esta forma de violência às especificidades de cada letra da sigla a que estavam tratando, assim como grande parte fez referência ao fato de que o Brasil é o país que mais mata LGBTI+ no mundo, recorrendo à estatística produzida anualmente pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), visto que não há por parte do poder

público, dados confiáveis ou mesmo interesse em se ocupar desta demanda.

Outra temática abordada por uma mesma autora nos dois eventos foi o ingresso na permanência estudantil de pessoas LGBTI+ na universidade, relatando os entraves para que estxs estudantxs enfrentavam para o acesso e permanência nesta política pública, tendo em vista que muitxs destxs estudantxs não se encaixavam nos critérios socioeconômicos exigidos, bem como quando tinham sucesso nesta empreitada, enfrentavam situações de preconceito e discriminação por parte de outros alunos e alunas tidos como heterossexuais. Ainda relativo à política de Educação, algumas autoras buscaram demonstrar como a LGBTIfobia prejudica a trajetória acadêmica do segmento LGBTI+, especialmente quando se pensa na particularidade da população de travestis e transexuais, num círculo vicioso que expulsa estas pessoas dos bancos escolares e acaba por fomentar a lógica de que estas pessoas tenham em sua maioria como única forma de subsistência a prostituição.

Embora os eixos temáticos a priori abarquem discussões entorno das opressões de diversas opressões, como raça/etnia, geração e gênero além das sexualidades, apenas um artigo procura articular de forma mais profícua este debate interseccionando classe, raça e sexo.

Outra tendência identificada nos textos foi o uso dos princípios do Código de Ética do/a Assistente Social que tocam na questão do respeito às dissidências sexuais e de gênero como uma forma de justificar a quem está lendo a relevância destes debates.

V. CONCLUSÃO

As dissidências sexuais e de gênero ganharam maior visibilidade na cena pública brasileira nestas primeiras décadas do século XXI e isso fez com que este tema não pudesse mais ser ignorado. Durante os governos do Partido dos Trabalhadores ocorreu a implantação de políticas públicas voltadas para o segmento, como o Programa Brasil Sem Homofobia, o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção da Cidadania LGBT (CNCD-LGBT), além da

realização de três edições de conferências nacionais voltadas a esta população. No plano internacional, em 2006, a Organização das Nações Unidas (ONU), estabeleceu os Princípios de Yogyakarta, documento que visa nortear a atuação dos estados nacionais na promoção da cidadania LGBTI+. Para além das esferas governamentais, o movimento social se reinventou e passou a colorir as ruas das maiores cidades do país por meio das paradas do orgulho que além de jogar um holofote nas pautas da comunidade, também conseguiu pautar o debate público.

Essa visibilidade também trouxe reflexos ao Serviço Social. Em 2006 o CFESS deu um pontapé inicial nesta direção ao lançar a campanha “O amor fala todas as línguas: assistente social na luta contra o preconceito” em conjunto com a publicação da Resolução CFESS nº 489/2006 que visa orientar e disciplinar o exercício profissional quando se trata da livre expressão de orientação sexual. Esta pauta também avançou pelo CFESS em Resoluções que atualizaram o Código de Ética do/a Assistente Social – flexionando o gênero em todas as situações cabíveis, substituindo a expressão “opção sexual” por “orientação sexual” e inserindo no 11º princípio, a categoria “identidade de gênero” – a 594/2011. Estabeleceram o uso do nome social à assistente social travesti ou transexual que assim o desejar – 615/2011 e posteriormente 785/2016 –, e a 845/2018 que trata do trabalho profissional na esfera do PT/SUS.

Entre os anos de 2010 e 2020, Duarte *et al* (2021), catalogou em 21 periódicos da área de Serviço Social o número de 42 artigos que discutiam esta temática. Somando o que foi apresentado nos dois eventos, temos um total de 48 textos, assim como pela pluralidade das autoras – assistentes sociais, estudantes de graduação, pós-graduação e docentes – consideramos que este debate tem avançado e ganhado novos contornos. Acreditamos também ser um avanço que esta temática tenha uma sessão dedicada às suas particularidades em ambos os encontros, apesar de ainda estarem associada com outras opressões, saiu debaixo do guarda-chuva da Ética e Direitos Humanos. Acreditamos que isto é um reflexo direto da implementação do Grupo Temático de Pesquisa da ABEPSS “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e

Sexualidades”.

Sobre este ponto, Almeida (2013) retomando o processo de construção deste GTP, observa que em edições anteriores do CBAS até aquele momento – 2001, 2004 e 2010 – observou a baixa produção quanto a estes assuntos.

[...] a experiência como parecerista me mostrou que os trabalhos sobre gênero estavam ainda, majoritariamente focados na violência de gênero e na reprodução biológica (exceção para o aborto, que é pouquíssimo discutido), aspectos que, embora importantes, constituem apenas uma fração da imensa variedade de questões que poderiam ser abordadas analiticamente e subsidiar intervenções dos profissionais. Identifiquei também uma relação de forte dependência entre posicionamento político e acadêmico sobre os temas “vivência pessoal”. Isto, em si, não constitui um problema do ponto de vista metodológico e ético-político, mas pressupõe uma identificação com os temas em moldes rígidos e a ausência de pluralidade entre os sujeitos que conduzem tais discussões. É reduzida, assim, a presença de profissionais discutindo tais temas sem que tenham obrigatoriamente a experiência pessoal de pertencimento a um destes grupos socialmente discriminados, o que pode sugerir que eles são “eletivas”, ao contrário de outras: posso olhar para elas *se eu quiser*, ainda que sejam onipresentes no cotidiano profissional e os grupos que enfocam sejam apontados pelo Código como um dos princípios fundamentais (ALMEIDA, 2013, p. 82-83).

Com base nos textos analisados, afirmamos que alguns dos pontos analisados pelo pesquisador avançaram qualitativamente no debate quanto às dissidências sexuais e de gênero por parte de assistentes sociais. Nos textos analisados percebemos por parte das pesquisadoras a dedicação em buscar desvelar a realidade destas pessoas a partir da vivência, do olhar, das intervenções de assistentes sociais nas diversas políticas públicas, as contribuições da profissão sobre este debate e nas possibilidades de enfrentamento no exercício profissional do preconceito em razão de orientação sexual ou identidade de gênero dissonante da norma heterossexual.

Nestes eventos a temática da transexualidade e da LGBTIfobia foram as que mais se destacaram na produção de conhecimento apresentada pelas autoras, o que nos mostra que apesar do avanço deste debate no interior da categoria profissional, ainda há muito o que ser discutido. Como executoras terminais de políticas públicas, muitas das autoras trataram o PT/SUS a partir de seus locais de trabalho e/ou de pós-graduação. Importante ressaltar que muitas das autoras

procuraram também fazer uma investigação que levasse em consideração outros determinantes sociais da vida destas pessoas, como classe social, raça, acesso ao mercado de trabalho e a orientação neoliberal do Estado, a reestruturação produtiva, seus impactos nas políticas públicas e conseqüentemente no acesso do segmento LGBTI+ a serviços e benefícios.

A análise da produção de conhecimento apresentada nestes eventos nos permite dizer que mais do que encontros acadêmicos, tanto o CBAS quanto o ENPESS são espaços de troca de pesquisas, experiências profissionais e de divulgação científica na área de Serviço Social. Sua interface com as dissidências sexuais e de gênero mostram um caminho para a profissão no que tange a este debate trilhando e demonstrando caminhos na direção da luta contra a LGBTIfobia e à promoção da cidadania LGBTI+.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Guilherme da Silva. Superando o politicamente correto: notas sobre o princípio fundamental do código de ética do/a assistente social. In: CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - CRESS/RJ. **Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social**: os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais. Rio de Janeiro: CRESS, 2013. p. 71-86.

AMARAL JUNIOR, J. C. Economia Doméstica e Serviço Social: análise das contingências históricas de uma aproximação. **Serviço Social em Perspectiva**, v.5, n.1, p.179–193, 2021.

DUARTE, Marco José de Oliveira; FERNANDES, Carolina Pereira; VIEIRA, Sidney Aurum Monteiro; DELGADO, Karina Rodrigues de Almeida. Serviço Social e diversidade sexual: um estudo de revisão. In: IRINEU, B. A. et. al. (Org.). **Diversidade sexual, étnico-racial e de gênero**: saberes plurais e resistências. Campina Grande; Salvador: Realize. Devires, 2021.

EURICO, Márcia Campos *et al.* Formação em Serviço Social: Relações Patriarcais de Gênero, Feminismos, Raça/etnia e Sexualidades. **Temporalis**, Brasília, v. 42, n.

21, p. 293-303, 01 jul. 2021. Semestral. Disponível em:
<<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/37235>>. Acesso em: 28 maio 2022.